1 ATA DA DUCENTÉSIMA VIGÉSIMA SÉTIMA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CONGREGAÇÃO
2 DA FACULDADE DE EDUCAÇÃO FÍSICA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS.
3 Aos doze dias do mês de março de dois mil e vinte e cinco, às quatorze horas, reuniram-se os membros
4 da Congregação, de forma presencial, sob a presidência do Senhor Diretor, Professor Doutor Odilon
5 José Roble, com o comparecimento dos seguintes conselheiros: Coordenadora de Pós-Graduação -
6 Professora Doutora Lígia de Moraes Antunes Correa; Coordenadora de Graduação – Professora
7 Doutora Laurita Marconi Schiavon; Coordenador de Extensão – Professor Doutor Evandro Cassiano
8 de Lázari; Coordenadora de Biblioteca – Professora Doutora Glaurea Nádia Borges de Oliveira;
9 Coordenador de Pesquisa – Professor Doutor Bruno Rodrigues; Chefe do Departamento de Educação
10 Física e Humanidades – Professor Doutor Mario Luiz Ferrari Nunes; Chefe do Departamento de
11 Ciências do Esporte – Professora Doutora Paula Teixeira Fernandes; Representantes Docentes -
12 Categoria MS-3: Professora Doutora Mariana Simões Pimentel Gomes e Professora Doutora Olívia
13 Cristina Ferreira Ribeiro; Categoria MS-5 Professora Doutora Cláudia Regina Cavaglieri e Professor
14 Doutor Marco Carlos Uchida; Categoria MS-6: Professor Doutor Antonio Carlos de Moraes.
15 Representante Técnico-administrativo: Senhora Mariângela Cristina Padovani Bartier e Senhor
16 Márcio Clebson dos Santos Alves. Convidados: Professora Doutora Mara Patrícia Traina Chacon-
17 Mikahil e Senhor Emerson Teodorico Lopes, Coordenador Técnico de Unidade. O Presidente da
18 Congregação justificou a ausência do Diretor Associado - Professor Doutor João Paulo Borin e da
19 Chefe do Departamento de Estudos da Atividade Física Adaptada – Professora Doutora Maria Luiza
20 Tanure Alves, sendo substituída pelo Professor Doutor Edison Duarte. Havendo quórum, o Presidente
21 da Congregação agradeceu a presença de todos e iniciou a 227ª Reunião Ordinária da Congregação,
22 abriu a inscrição para o expediente, onde se inscreveu o Prof. Antonio Carlos. O Presidente da
23 Congregação colocou em discussão a ata da reunião ordinária de número 226. O Prof. Antonio Carlos
24 solicitou correção no texto da fala da Coordenadora de Biblioteca Prof.ª Glaurea, que foi informado
25 à secretaria de direção para a devida correção. O Presidente da Congregação colocou a ata em votação.
26 Sem manifestações contrárias e com uma abstenção – ata APROVADA. O Presidente da
27 Congregação iniciou a Ordem do dia, informou o destaque dos itens A e B pela mesa e questionou se
28 algum membro desejaria destacar outro item. O Prof. Antonio Carlos destacou os itens O e P. Não
29 havendo mais destaques o Presidente da Congregação colocou em votação em bloco os itens C, D, E,
30 F, G, H, I, J, K, L, M e N não havendo abstenções e/ou manifestações contrárias – itens
31 APROVADOS. O Presidente da Congregação iniciou a discussão do item A) Homologação de Ad
32 Referendum – Aprovação/FEF nº 01/2025 e esclareceu a solicitação. Esclareceu ainda o item B)
33 Homologação de Ad Referendum – Aprovação/FEF nº 02/202. Colocou o item A em votação, não
34 havendo abstenções e/ou manifestações contrárias – item APROVADO. O Presidente da
35 Congregação colocou o item B em votação, não havendo abstenções e/ou manifestações contrárias –
36 item APROVADO. O Presidente da Congregação iniciou a discussão do item destacado O)
37 Revogação da Resolução Congregação FEF nº 92/2019 e passou a palavra para o Prof. Antonio
38 Carlos, que representando o MS6, pediu a quebra de protocolo para que a convidada Prof.ª Mara
39 Patrícia pudesse ter direito a fala na discussão do item, o Presidente da Congregação consentiu. O
40 Prof. Antonio Carlos informou que já havia solicitado em outras instâncias oficiais e não oficiais que
41 o CAPT da norma foi escrito com o objetivo de fazer o que havia sendo feito a muitos anos e não
42 para constar em concurso e nem como parte de vagas. O Professor recuperou os documentos de 2010
43 a 2012 para confirmar o objetivo do porquê de solicitação de vagas, não os critérios para classificação
44 de docente para solicitação de concurso, a ideia inicial era para solicitação de vagas para os
45 departamentos, e a escrita dessa norma fez com que a FEF que sempre foi elogiada tivesse sendo
46 espinhafrada pela PG, como se não soubesse das normas, disse que no parecer da unidade estavam
47 descritas coisas absurdas aplicadas à faculdade, que o concurso não é sério, que mancharam sua
48 imagem, então acha que o documento deve ser rediscutido e a norma alterada para como era
49 inicialmente e que a discussão deve ser realizada após a vaga chegar, o Professor sente que pecaram
50 em passar o documento pelas instâncias da faculdade aprovar antes da Procuradoria Geral avaliar. O
51 Presidente da Congregação organizou o debate e informou que falará ao final para encerrar a

1 discussão. O Prof. Edison falou que a comissão formada para a discussão desta norma trabalhou
2 arduamente, que houve um erro na escrita do CAPT e deveriam ter corrigido anteriormente. O Prof.
3 Mário disse que não entendeu o destaque, que gostaria de esclarecimentos se a comissão estava
4 assumindo a culpa. O Prof. Antonio Carlos complementou ao ler o parecer da Procuradoria Geral e
5 disse ser descabido algumas partes do documento, onde consta que a faculdade não está fazendo o
6 que está descrito, comentou que a norma não foi feita para o que está descrito e disse que a imagem
7 da faculdade está manchada, informou que a categoria MS6 está propondo que a resolução não seja
8 revogada e sim alterada para o seu objetivo inicial nos termos que de fato foi criada, pois estaria
9 ligado ao concurso de ingressos e progressões. A Prof.^a Cláudia questionou o Presidente da
10 Congregação em relação ao fluxo de pedido de vagas para professores titulares, se ele continua
11 vigente ou se houve alguma mudança institucional com relação a esta atribuição, pois anteriormente
12 essa aprovação era por meio de quadro de vagas, produção e visibilidade das áreas dos professores.
13 O Presidente da Congregação esclareceu que a unidade faz o pedido e justifica aquilo que acredita
14 como visão estratégica baseado em mérito da própria unidade em termos de sua produção e
15 relevância, que pode ser geral ou específica de acordo com o momento. A Prof.^a Cláudia questionou
16 o Prof. Antonio Carlos sobre qual foi o objetivo central para a elaboração da resolução quando a
17 comissão foi instituída, gostaria que ficasse clara a proposta de revogação ou alteração e os membros
18 entenderem o processo. O Prof. Antonio Carlos respondeu que quando a discussão foi apresentada no
19 departamento, o objetivo era enviar a solicitação de vagas baseado nesta resolução que menciona
20 disciplinas em concurso, já o critério para classificação dos docentes que atenderem os requisitos
21 mínimos, seriam critérios internos para solicitação de vagas para o departamento. O Presidente da
22 Congregação questionou o Prof. Antonio Carlos sobre a alteração de solicitação pelo departamento e
23 não pelo candidato, para saber quais métricas o departamento se basearia. O Prof. Antonio Carlos
24 disse que tem solicitação do DCE de anos anteriores que falavam que o departamento teria um perfil
25 de docente para solicitação de vaga, ou seja, um conjunto de docentes olhando a produção de
26 disciplinas para propor vaga, e se a solicitação fosse para frente ou não seria outra questão, mas o
27 departamento avaliaria e faria a solicitação de vaga. O Prof. Antonio Carlos colocou que a Comissão,
28 a Direção e Congregação aprovaram o CAPT errado da resolução e que só foi verificado quando foi
29 utilizado, após seis anos, denigrando a imagem da faculdade. A Prof.^a Mara Patrícia solicitou
30 esclarecimento sobre a deliberação CONSU N° A11/2020 perfil de professor titular para saber se
31 haviam duas deliberações correndo em paralelo. O Presidente da Congregação esclareceu que tem
32 uma norma que rege perfis mínimos e que reproduz a tabela que está dentro da norma que está sendo
33 revogada, a resolução n° 92/2019 propõe uma classificação. O Prof. Edison colocou que foi **comido**
34 **bola** no CAPT, que a Procuradoria Geral cumpriu seu papel e que o documento poderia ser um
35 balizador e não um critério de classificação para solicitar abertura de vaga para não perder o valor do
36 documento. O Prof. Mário disse que se já existe uma Deliberação CONSU FEF que atribui o perfil
37 mínimo para solicitar inscrição, não há necessidade de nenhum outro documento e que o documento
38 que o Prof. Antonio Carlos propõe não difere do quadro classificatório de vaga. O Prof. Antonio
39 Carlos esclareceu que tem um perfil mínimo para solicitação de uma atribuição para professor titular.
40 A Prof.^a Cláudia esclareceu para o Prof. Mário que são dois momentos distintos, o documento inicial
41 de 2019 visava balizar os departamentos para solicitação de vagas e o documento de 2020 é para
42 inscrição dos candidatos, onde um documento não compete com o outro. O Prof. Antonio Carlos
43 complementou que os documentos são iguais e diferentes, pois no perfil mínimo não tem atividades
44 administrativas da Unicamp e na Deliberação de 2019 foi inserido atividades administrativas para
45 atribuição de vagas, disse que o documento não foi feito para concurso e sim para solicitação de
46 vagas, e que em nenhum momento as vagas solicitadas pelos departamentos não seriam encaminhadas
47 e sim enviadas todas para futura definição, o Prof. Antonio Carlos disse se preocupar para que todos
48 saibam onde o perfil de professor titular poderá chegar em termos de progressão. O Prof. Mário
49 concordou com a fala da Prof.^a Cláudia, mas entende que ao invés de ser um sistema classificatório o
50 departamento que faria essa classificação a partir da tabela de perfis, a classificação permanece, mas
51 a resolução diz que se existe uma vaga com perfis já existentes no departamento todos têm o mesmo

1 direito, o departamento teria um sistema classificatório recaindo naquilo que a Procuradoria Geral
2 está dizendo em seu parecer. O Presidente da Congregação questionou o encaminhamento do item ao
3 Prof. Antonio Carlos, que informou que o encaminhamento da categoria MS6 é para a não revogação
4 e sim alteração do documento para aquilo que de fato foi construído. O Presidente da Congregação
5 objetivou a questão, questionando que se for enviado um número de vagas menor do que o número
6 de departamentos como será essa distribuição. O Prof. Antonio Carlos respondeu que isso não é para
7 distribuição de vagas e sim para solicitação de vagas, pautados em índices dos docentes dos
8 departamentos, e que não estão pedindo abertura de distribuição de vagas e nem abertura de concursos
9 e para que cada departamento não tenha um norteamto diferente, será utilizado o mesmo. O
10 Presidente da Congregação solicitou esclarecimento ao Prof. Antonio Carlos que se o departamento
11 usar a resolução para chegar em uma área e solicitar a vaga e quando voltar a direção tenha que
12 distribuir um número menor de vagas do que as que foram solicitadas, neste caso não deverá usar a
13 mesma resolução e sim o outro documento. O Prof. Antonio Carlos confirmou que este foi o princípio
14 da norma e que com o passar do tempo pode se melhorar algo, mas o princípio era para uso de
15 solicitação de vagas o que não garante que a comissão de vagas docentes dará a vaga em questão,
16 mas pode dar vagas diferenciadas para concurso e mérito. O Presidente da Congregação questionou
17 que o encaminhamento da categoria MS6 seria sobre não revogar a norma e o Prof. Antonio Carlos
18 confirmou a não revogação e também alteração do texto inicial. O Prof. Edison relatou que o
19 documento deveria ser revogado e feito uma outra resolução baseada no documento anterior com
20 outro CAPT. O Presidente da Congregação solicitou um encaminhamento claro, para revogação ou
21 não do documento. O Prof. Antonio Carlos esclareceu que a categoria MS6 gostaria que o texto inicial
22 deve ser revogado e alterado o CAPT futuramente. O Presidente da Congregação disse que não existe
23 a possibilidade de alteração de CAPT para documento revogado e o Prof. Antonio Carlos falou que
24 neste momento o documento não deverá ser revogado e sim alterado o CAPT. O Prof. Evando pediu
25 esclarecimento sobre quantos documentos saíram da Portaria do Diretor 08/2019 onde foi formada a
26 comissão citada e seus objetivos. O Presidente da Congregação informou que foi específica para a
27 categoria MS6. O Prof. Antonio Carlos informou que a comissão foi instituída para todos os itens
28 descritos e que o primeiro item não foi feito ficando para posterior. O Presidente da Congregação
29 entendeu que o encaminhamento da categoria MS6 é a não revogação da Deliberação da Resolução
30 nº 92/2019 e sim alteração de CAPT, orientou que se a portaria não fosse revogada a alteração deveria
31 ser feita em imediato nesta sessão e disse que a comissão foi formada com intenção clara, pois o
32 número de pessoas com mérito aumenta na faculdade e que os acordos estariam fadados a não
33 funcionar entre os departamentos, o dispositivo foi lícito e a lógica interna do documento foi boa e
34 ele não será perdido porque é reproduzido em outros documentos, as vagas enviadas para a categoria
35 MS6 não são por promoção ou mérito e sim por concurso público, onde não pode-se fazer uma pré-
36 seleção entre docentes internos para que não haja falta grave. O Presidente da Congregação informou
37 que em 19 de novembro de 2024 foi realizada uma reunião com entre a Direção, os três chefes de
38 departamentos e a comissão instituída, disse haver identificado uma incongruência na resolução, que
39 poderia apresentar problemas e não poderia deixar o processo prosseguir. Na reunião, o Diretor expôs
40 para o coletivo e solicitou ajuda para resolver o problema. No momento o Prof. Antonio Carlos falou
41 que o Diretor estava errado e que poderiam seguir com a resolução. A Direção consultou a Secretaria
42 Geral que orientou a não fazer o que estava no documento. O Prof. Antonio Carlos solicitou o parecer
43 por escrito da Secretaria Geral. Em reunião, o Diretor ouviu que a norma não seria recomendada e
44 não que não poderia ser utilizada. O Diretor explicou o problema e fragilização do documento em
45 todos os departamentos, apenas um departamento foi contra as colocações e pesquisas realizadas, se
46 opondo e exigindo um parecer escrito da Procuradoria Geral. O diretor disse que não queria solicitar
47 o parecer, pois estava sinalizando a comunidade do problema, e que ainda assim o encaminhamento
48 da categoria MS6 seria para trocar o CAPT por métrica das pessoas. O Presidente da Congregação se
49 disse contrário à retirada de pauta e falou que os erros passados não justificam os erros presentes, que
50 a resolução fere o princípio de isonomia de concurso público, disse que a promoção não é por mérito
51 e sim por concurso público para que não seja criada expectativas de uma vaga pública para uso

1 interno. O Presidente da Congregação disse que o Prof. Antonio Carlos e seu grupo, ao solicitarem o
2 parecer por escrito, estariam fragilizando a Faculdade. O Prof. Antonio Carlos falou que foi chamado
3 para uma reunião com os chefes de departamento e membros da comissão e que se posicionou da
4 mesma forma inicial e que foi o Prof. Edivaldo que pediu para que fosse feita uma consulta na
5 Procuradoria Geral, que não via problema na pergunta feita e que em nenhum momento estariam
6 falando sobre vagas de concurso e sim sobre solicitação de vagas. O Presidente da Congregação
7 pontuou que quem pediu o parecer da Procuradoria Geral foi esse mesmo grupo que insiste no uso da
8 resolução que foi descreditada por vários coletivos e deixou claro que o parecer não foi pedido pelo
9 Diretor da Faculdade, já que não tinha dúvidas sobre os erros presentes nesta resolução. O Presidente
10 da Congregação disse que seu encaminhamento é para a revogação da resolução e questionou se o
11 Prof. Antonio Carlos gostaria de encaminhar para a não revogação e propor a alteração do CAPT. O
12 Prof. Antonio Carlos falou que não se trata de fazer uma votação e sim a construção de uma faculdade
13 forte aqueles que ficam, informou que em conversa com o Prof. Edison acredita que para o bem da
14 faculdade deixaria como está, deixando a revogação da resolução. O Presidente da Congregação não
15 compreendeu e questionou o encaminhamento da categoria MS6. O Prof. Antonio Carlos disse que o
16 MS6 retiraria o encaminhamento de alteração, apesar de entender que o que está criando problemas
17 é o CAPT, e pediu a revogação do documento. O Presidente da Congregação questionou se o Prof.
18 Antonio Carlos entendeu que o item O está diretamente ligado ao item P e se estaria consciente com
19 a aprovação do item. O Prof. Antonio Carlos disse que encerra a discussão do item O e que o item P
20 é outra discussão. O Presidente da Congregação relatou o debate da categoria MS6 e a Revogação da
21 Resolução Congregação FEF 92/2019. Colocou o item O em votação, não havendo abstenções e com
22 uma manifestação contrária – item APROVADO. A Prof.^a Cláudia apontou o entendimento dos
23 argumentos colocados nesta Congregação e apontou a necessidade de criação de uma comissão
24 específica para estabelecer a maneira pela qual a FEF solicita suas vagas. O Presidente da
25 Congregação informou que o debate não seria reaberto e passou o destaque do item P) Critérios
26 internos de distribuição de vagas de concurso público para provimento do cargo de professor titular
27 da carreira do magistério superior na Faculdade de Educação Física. O Prof. Antonio Carlos colocou
28 que parte da conversa da categoria MS6 já foi falada, normalmente as unidades solicitam vagas para
29 o cargo de professor titular e questionou sobre os critérios internos de distribuição de vagas. O
30 Presidente da Congregação informou que as vagas são enviadas pela PRDU e recebidas pela unidade
31 cabendo à administração a distribuição das vagas e que é de praxe do Diretor ouvir a comunidade
32 sobre essa distribuição. O Prof. Antonio Carlos leu a resolução e pediu esclarecimento sobre o Artigo
33 2º, dizendo que erraram no documento anterior e que neste estariam agindo da mesma forma, pois o
34 documento se refere a distribuição de vagas, sendo que seria para solicitação de vagas. O Presidente
35 da Congregação solicitou que o Prof. Antonio Carlos organizasse suas dúvidas para que a resposta
36 fosse realizada unicamente. O Prof. Antonio Carlos disse que gostaria de entender o que o documento
37 estava dizendo sobre a distribuição de vagas de professor titular por departamento e de forma
38 equalitária. O Presidente da Congregação esclareceu que os departamentos deverão encaminhar suas
39 solicitações de vagas e que o documento foi idealizado para instruir o processo de critérios internos
40 de distribuição de vagas para a construção de uma norma. A Direção enxerga a sua comunidade em
41 três grandes áreas departamentais sendo igualmente importantes e representadas, então qualquer outra
42 lógica deverá ser recorrido a métrica de docentes, assunto discutido no item anterior e finalizou
43 informando que a FCM, a FE, a FEEC e a FCA utilizam os mesmos critérios descritos na resolução
44 da FEF. O Prof. Antonio Carlos disse que se comparar a FCA a lógica não prevalece, pois, esta lógica
45 de distribuição equalitária só conseguirá existir em unidades que não possuem departamentos. O
46 Presidente da Congregação informou que os dados obtidos da FCM foram consultados. O Prof.
47 Antonio Carlos disse que o percentual de docentes titulares da medicina não é equalitário e apresentou
48 sua pesquisa publicada em janeiro de 2025. A Prof.^a Cláudia chamou atenção em relação a igualdade
49 percentual entre os departamentos, onde há uma maior atribuição de vagas titulares do gênero
50 masculino, e sugeriu a inclusão da equidade de gêneros no documento. O Presidente da Congregação
51 disse que o item tem dificuldade de ser entendido e que se a equidade de gênero fosse adotada como

1 critério de desempate, a faculdade estaria aplicando uma pré-seleção de candidatos e questionou em
2 qual momento esse critério poderia aplicado. A Prof.^a Cláudia informou que o critério de desempate
3 poderia ser aplicado após o 3º Artigo do documento. O Presidente da Congregação entendeu a
4 colocação da Professora e informou que a discussão seria para distribuição de vagas e não a
5 distribuição de gênero no departamento. A Prof. Cláudia retirou sua observação. O Prof. Edison
6 colocou sua opinião diante a fluidez que deveria ser considerada em relação ao limite de 35% de
7 docentes titulares ao número total de docentes por departamento, para que o número não fique
8 engessado. O Prof. Mário disse que as normas criadas podem ser alteradas, observa que a FEF pode
9 apresentar mudanças, acredita que a fala da Prof.^a Cláudia se contrapõe com o que foi discutido pelo
10 Prof. Antonio Carlos e concorda com o que o Prof. Edison colocou, acredita que se deva trabalhar o
11 perfil do candidato para equidade na distribuição dos professores titulares por departamento, dando
12 seguimento para outro departamento quando um candidato não atender ao perfil requerido. A Prof.^a
13 Paula concordou com o Prof. Mário e disse acreditar que por uma questão institucional o rodízio entre
14 departamentos é fundamental considerando o perfil e os méritos dos candidatos, lembrou que o
15 assunto não começou a ser discutido nesta Congregação, inclusive foram apresentadas propostas pela
16 Direção que não tiveram retorno. A Prof.^a Cláudia disse foram apresentadas duas propostas que não
17 prosseguiram e que poderiam impactar nas distribuições de vagas. A Prof.^a Mara Patrícia comentou
18 que nessa sessão pública foi surpreendida com alguns comentários entremeados com risadas e tons
19 de sátira entre os membros, pontuou que no Artigo 2º da deliberação proposta existe o indicador de
20 35% de docentes titulares por departamento e entende que isso seja uma métrica limitadora que fere
21 o princípio da isonomia de um concurso e que todos os professores tem o direito de concorrência. O
22 Prof. Edison, como representante do DEAFA, informou que o departamento propôs pelo rodízio e
23 criação de um edital geral, mas nenhuma das propostas foram aprovadas pelo conselho
24 interdepartamental. O Prof. Evandro comentou que as propostas não chegaram na reunião do conselho
25 interdepartamental, que no dia da reunião foi pedido para que os coordenadores não estivessem
26 presentes na sala para a discussão somente com os chefes de departamentos e que quando retornaram
27 à sala foi decidido pela Prof. Maria Luiza que não seriam apresentadas propostas. O Prof. Antonio
28 Carlos disse que a distribuição de vagas é sazonal e acha problemático estabelecer que o percentual
29 tenha que ser o mesmo por departamento, sem levar em consideração o mérito do candidato. A Prof.^a
30 Lígia disse ter um panorama geral da produção dos docentes da FEF e garantiu que todas as áreas tem
31 produção significativa, entende a lógica dos 35% de distribuição de vagas e concorda com a fala do
32 Prof. Edison que diz deixar o processo engessado e privado para docentes da casa para concorrer a
33 vaga de concurso público para professor titular. O Prof. Antonio Carlos diz não fazer sentido os
34 artigos 1º e 2º do documento, gostaria de entender a deliberação FEF de critérios internos de
35 distribuição de vagas e a solicitação de vagas e mantém a sugestão de alteração do texto para não
36 haver prejuízo para as próximas discussões. O Presidente da Congregação considerou que os
37 comentários estão problematizando a proposta e quem certifica o número de vagas de professor titular
38 é a Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, informou que as vagas são de concurso público
39 e não de promoção por mérito, disse que a Universidade identificou que o processo estava osmótico
40 e deveria haver uma distribuição representativa, informou que a administração da Unicamp
41 estabeleceu pela norma Consu 24/2013 que cada unidade poderia ter até 35% de professores titulares
42 como princípio orientador, comentou que essas vagas são solicitadas diretamente para a PRDU e a
43 direção da unidade faz a distribuição. Falou que a Direção da FEF está ouvindo a comunidade para a
44 construção de princípios orientadores dessa distribuição. O Presidente da Congregação explicou que
45 os departamentos poderão solicitar mais vagas que a quantidade estabelecida e que precisará ter um
46 princípio de critérios para nortear a realização do concurso público, comentou que estava preocupado
47 com o andamento da discussão do item O, para não haver discordância com a Constituição Federal,
48 pois ele é o agente público responsabilizado por inconsistências. O Presidente da Congregação disse
49 que discutiu e criou cinco soluções para que o item fosse atendido dentro das normas, mas um grupo
50 menor disse que queriam que a resolução fosse usada, chamou atenção do coletivo sobre uma nova
51 distribuição de vagas e informou que a solicitação do ano anterior ainda não havia sido

1 operacionalizada. O Presidente da Congregação disse que é papel do diretor tomar decisões sem
2 interferência pessoal, mesmo que algumas ações possam prejudicar sua carreira como docente, pois
3 ele entendeu que como diretor é responsável pela unidade e não deve colocar a faculdade sobre
4 procedimentos errados, entendeu que os três departamentos são igualmente importantes e que as
5 distribuições precisam ser equivalentes, comentou que tem dificuldade de enxergar uma proposta que
6 não se pautem em métricas individuais que fale que uma vaga deva ir para um departamento específico,
7 disse que o encaminhamento da direção é distribuir igualmente as vagas e se houver outro
8 encaminhamento ele será apreciado e se o coletivo disser que há outra forma de pensar, será avaliado.
9 O Presidente da Congregação encerrou o assunto dizendo que precisa do entendimento da
10 comunidade para a atribuição das vagas e questionou se existe outra proposta ou ajuste de norma. O
11 Prof. Edison disse que a proposta do DEAFA é que houvesse um rodízio na distribuição de vagas
12 independente do número da porcentagem de aposentadoria. O Presidente da Congregação questionou
13 qual seria o princípio norteador para a distribuição das vagas. O Prof. Edison falou, em seu nome,
14 que deveria ser estudado o perfil de titular com relevância na área, independente de métricas, mas a
15 forma de avaliação deveria ser estudada e discutida. O Presidente da Congregação informou que a
16 Prof.^a Maria Luiza expôs uma proposta desta ideia e solicitou que fosse explicado para os chefes de
17 departamentos, então, se os chefes de departamentos aprovassem a proposta seria discutida, mas não
18 houve seguimento. O Prof. Mário disse que o Prof. Evandro já havia contado como a proposta chegou
19 na reunião interdepartamental e que quando foi apresentada aos chefes de departamentos, vários
20 questionamentos foram feitos para a Prof. Maria Luiza que não fundamentou a proposta. O Prof.
21 Mário parabenizou a direção da FEF pela apresentação de um quadro de simulatório na reunião,
22 deixando claro como funcionaria o rodízio nas solicitações de vagas e o quanto isso poderia prejudicar
23 outros departamentos, disse os critérios apresentados pela direção estavam mais claros e que a
24 proposta da Prof.^a Maria Luiza não deveria chegar aos departamentos. A Prof.^a Cláudia informou que
25 na reunião do DEAFA de fevereiro quando o diretor esteve presente foi apresentado duas propostas
26 de forma verbal pela Direção e que o departamento fez duas contra propostas que não foram levadas
27 a frente, disse que a reunião interdepartamental não é um espaço deliberativo para discussão de
28 propostas, então da mesma forma que a proposta da Prof. Maria Luiza foi verbal da Direção também,
29 disse que o documento não chegou ao departamento para a discussão e sugestões de adaptação e que
30 se há equívoco na forma como o DEAFA encaminhou suas propostas também há na forma
31 apresentada pela Direção, falou que ao seu entender todos os professores com perfil deveriam poder
32 concorrer a vaga de professor titular e concluiu dizendo que a fala do Diretor no departamento
33 rechaçou a proposta apresentada sem discussão, concluiu dizendo que acredita que poderiam
34 aprimorar a proposta, mas que sem tempo hábil perdem um rico tempo de discussão. O Prof. Antonio
35 Carlos disse que já foi explicado o porquê da deliberação e que da forma que está escrito terá
36 prioridade na alocação de vagas o departamento com menor percentual de docentes deixando de ser
37 mérito e como é remetido à número se torna métrica. O Prof. Edison sugeriu discutir o documento
38 com uma comissão ampliada de docentes das categorias MS3 e MS5 porque o assunto é pertinente
39 para a carreira deles. O Presidente da Congregação questionou o Prof. Edison sobre qual seria o
40 encaminhamento, e o Prof. Edison informou que seria a retirada do item P de pauta condicionado a
41 criação da comissão e representação docente. O Presidente da Congregação informou que o item P
42 seria encaminhado para regime de votação e retirada de pauta. A Prof.^a Mara Patrícia disse que os
43 itens foram discutidos e que surgiram novas dúvidas sobre o que foi apresentado, questionou se o
44 novo pleito poderia ser prejudicado e atrasado dependendo do resultado da votação e que se poderia
45 haver um tempo determinado e uma reunião de congregação extraordinária para aprovação. O
46 Presidente da Congregação questionou se o documento não havia sido discutido entre os
47 departamentos. A Prof.^a Mara Patrícia disse que não houve tempo hábil para a discussão devido a
48 entrega tardia do documento. A Prof.^a Cláudia informou que na categoria MS5 foi discutido se
49 haveriam ou não destaques e pela votação a maioria decidiu pelo não destaque. A Prof.^a Mara Patrícia
50 questionou se há tempo hábil de discussão e viabilização dos concursos sem atrapalhar o pleito que
51 deverá ser feito em junho. O Presidente da Congregação respondeu que até agosto a unidade precisa

1 entregar uma demanda de novas vagas para serem recebidas. A Prof.^a Mara Patrícia questionou se
2 seria possível fazer uma reunião extraordinária para aprovação de um documento melhor elaborado.
3 O Presidente da Congregação informou que o encaminhamento deverá ser feito nesta reunião porque
4 a discussão coletiva já havia sido realizada. Colocou a retirada de pauta do item P em votação, com
5 6 manifestações favoráveis e 9 manifestações contrárias o item P não foi retirado de pauta. Colocou
6 o item P em votação, com 10 manifestações favoráveis e 5 manifestações contrárias – item
7 APROVADO. O Presidente da Congregação iniciou o Expediente e passou a palavra para a
8 Coordenadora de Biblioteca Prof.^a Glaurea Nádia que reforçou o convite para a realização do
9 lançamento do livro do laboratório Margem, Educação Física e Humanidades, vinculado a área de
10 Educação Física e Sociedade do Programa de Pós-Graduação. O Coordenador de Pesquisa, Prof.
11 Bruno Rodrigues informou o anúncio da Comissão Central de Pesquisa sobre a reunião de Conselho
12 FAEPEX para aprovação de auxílio à pesquisa, informou a proposta de abertura do sistema de bolsa
13 para iniciação científica para povos originários, informou a proposta específica de infraestrutura de
14 refrigeração e gases para laboratórios de pesquisas e a informou abertura de um possível edital de
15 internacionalização de mulheres na ciência. A Coordenadora de Graduação Prof.^a Laurita Schiavon
16 relatou sobre o acolhimento dos novos calouros do primeiro semestre letivo de 2025, informou sobre
17 o recebimento de e-mails contendo as necessidades especiais de alguns alunos ingressantes e colocou
18 a Coordenação de Graduação à disposição para esclarecimento de dúvidas, notificou sobre a lotação
19 das salas de aula, sugeriu que não fossem feitas troca de turno e desejou um ótimo semestre letivo a
20 todos. A Coordenadora de Pós-Graduação Prof.^a Lígia Antunes disse que eventualmente os
21 professores poderiam receber algum questionamento de informações a serem preenchidas do Coleta
22 2024, lembrou a vigência do novo catálogo da Pós-Graduação e suas alterações significativas
23 incluindo disciplinas obrigatórias, comunicou o recebimento de um aluno intercambista que ficará
24 sobre orientação da Professora Silvia, informou que a partir de 01 de março de 2025 todos os alunos
25 de doutorado que fizerem defesas precisam registrar o título no REDU para que seja homologado e
26 disse que para os alunos de mestrado a previsão para esta ação se dará a partir de agosto de 2025 e
27 concluiu informando que ainda não foi notificada com a quantidade de bolsas Capes e CNPQ
28 oferecidas à FEF. O Presidente da Congregação passou a palavra novamente ao Coordenador de
29 Pesquisa, Prof. Bruno Rodrigues que lembrou que foi agendada uma reunião com o responsável da
30 Biblioteca Central em mitigar dúvidas e dificuldades sobre o preenchimento do REDU. O
31 Coordenador de Extensão Prof. Evandro Lázari informou a aprovação de dois eventos na última
32 COMEX, comunicou que em 28 de maio de 2025 será feita a primeira mostra dos projetos de extensão
33 da FEF, informou sobre o II Encontro e Congresso de Filosofia do Esporte em Língua Portuguesa a
34 ser realizado nos dias 03 e 04 de novembro de 2025, registou o início das inscrições dos projetos de
35 extensão, sendo 27 modalidades, 4.574 vagas, sendo 3.312 vagas preenchidas e 2.655 usuários
36 inscritos, registou também as dificuldades apresentadas no sistema de inscrições que não comporta o
37 volume no tráfego de dados e pediu que toda comunicação e solicitação fosse realizada pelo e-mail
38 da secretaria de extensão e não para servidores específicos. O Presidente da Congregação deu boas-
39 vindas aos novos membros da Congregação, posicionou todos sobre as medidas tomadas nos períodos
40 de chuva e parabenizou a Infraestrutura e a equipe de Gestão de Resíduos pelo trabalho desenvolvido,
41 informou o recebimento da nova caminhonete 0 KM para uso da faculdade, parabenizou a Prof.^a
42 Maria Luiza pelo concurso categoria MS5, informou que a previsão de entrega da obra do novo
43 ginásio será em maio de 2025 e informou que a Direção irá chamar uma Comissão de Ocupação de
44 Espaços para fazer uma ampla discussão de utilização de espaços na faculdade, comunicou que a FEF
45 ganhou o processo licitatório para a reforma dos pisos e que as obras estão aptas a começarem,
46 comunicou sua participação na reunião da COPEI para defender a aprovação do uso da área para
47 construção do projeto do novo prédio de salas de aulas da faculdade e agradeceu o comparecimento
48 dos membros da Congregação e a todos que acompanharam a transmissão ao vivo. Antes de finalizar,
49 o Presidente da Congregação passou a palavra para o Prof. Uchida que questionou sobre a dinâmica
50 utilizada nas dependências da faculdade para a realização do Congresso dos Países de Língua
51 Portuguesa que ocorrerá na próxima semana, quanto a utilização de salas de aulas, espaços e logística

- 1 dos alunos, a Prof.^a Laurita informou o procedimento adotado e o envio de e-mail aos docentes com
- 2 as orientações. O Presidente da Congregação encerrou a reunião, a qual, eu, Danielle Leandro
- 3 Ferreira, lavrei a presente ata.